

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.450 - RJ (2018/0338771-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : ISLAND INTERNATIONAL TRADE LTDA  
**ADVOGADOS** : GERALDO ELIAS BRUM E OUTRO(S) - ES003325  
RICARDO BARROS BRUM - ES008793  
LEONARDO NUNES MARQUES - ES009579  
LARISSA TAKLA DE BIASE NOGUEIRA - ES024941  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. DIREITO ANTIDUMPING. ALHO IMPORTADO DA CHINA. RESOLUÇÕES CAMEX 80/2013 E 13/2016. REGRAMENTO QUE NÃO SE SUBSUME AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA PARTE, NEGAR-LHE PROVIMENTO.**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 550-551, e-STJ):

DIREITO ADMINISTRATIVO. ALHO IMPORTADO DA CHINA. DIREITO ANTIDUMPING. RESOLUÇÕES CAMEX 80/2013 E 13/2016. ABRANGÊNCIA. ALHO DE QUALQUER CLASSE, GRUPO OU TIPO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de apelação interposta por ISLAND INTERNATIONAL TRADE LTDA - EPP, às fls. 459/507, em face da sentença de fls. 438/446, a qual denegou a segurança e resolveu o mérito do processo, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

2. Na origem, ISLAND INTERNATIONAL TRADE LTDA – EPP impetrou mandado de segurança contra ato atribuído ao INSPETOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA/ES, objetivando o processamento do desembaraço aduaneiro da mercadoria amparada na Licença de Importação nº 16/1819312-5, independentemente do recolhimento do direito do antidumping.

3. A r. sentença denegou a segurança, tendo em vista que não verificou “qualquer ilegalidade no ato impugnado, sendo de rigor a aplicação da sobretaxa antidumping ao alho importado da China, nos moldes do estabelecido pela Resolução nº 80/2013 da CAMEX, não restando comprovado nestes autos o alegado direito líquido e certo da impetrante”. Ademais, autorizou o “o depósito integral do montante correspondente ao direito antidumping objeto da LI nº 16/1819312-5, a fim de suspender a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 3º, I, da Lei nº 9.019/1995 e do art. 151, II do CTN.”.

4. É importante destacar que o dumping é uma prática comercial desleal e proibida, a qual consiste na venda para o exterior de um produto a preço

muito inferior àquele praticado no mercado interno, com o objetivo de conquistar ou dominar determinado mercado, gerando prejuízos à atividade industrial do país importador.

5. As medidas antidumping, dessa forma, são aquelas utilizadas pelos países como forma de proteção aos produtores nacionais contra as referidas práticas, mediante a cobrança de taxas, calculadas, em regra, em função da diferença entre o preço de exportação do produto e o valor normal das vendas deste produto no seu país de origem.

6. Da leitura da Resolução CAMEX nº 13/2016 conclui-se que o direito antidumping em vigor aplica-se às importações de alho chinês não só de qualquer classe, mas também de qualquer tipo.

7. Verifico que inexistiu qualquer irregularidade na edição da Resolução CAMEX 13/2016, tendo em vista que incorreu a ampliação do objeto da medida antidumping. A referida resolução procurou sanar as dúvidas oriundas da Resolução CAMEX nº 80/2013.

8. Não cabe ao Poder Judiciário adentrar no exame da oportunidade e conveniência de ato do Poder Executivo no exercício de sua discricionariedade, sob pena de violação do princípio da separação de poderes, sobretudo quando não demonstrada ausência de razoabilidade ou de proporcionalidade da medida.

9. Não restou demonstrado, assim, direito líquido e certo da impetrante para pôr em dúvida decisão administrativa que determinou o recolhimento do direito antidumping.

10. Nego provimento ao recurso, mantendo todos os fundamentos da sentença.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 683-384 e 702, e-STJ).

No recurso especial o recorrente alega violação dos artigos 489, §1º, IV, 982 e 1.022, II e parágrafo único, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local, ao consignar que a Resolução CAMEX n. 13/2016 esclareceu a Resolução CAMEX n. 80/2013, afastando a exclusão dos alhos "especial" e comercial da incidência do antidumping, não se manifestou a respeito dos fundamentos e disposições normativas que expressamente vedam o caráter modificativo/constitutivo a tal resolução. Aponta, assim, omissão quanto ao teor dos arts. 7º, 37 a 77, 146 e 154, parágrafo único, do Decreto n. 8.058/2013, sobretudo considerando não haver pronunciamento sobre o procedimento previsto no referido decreto para ampliação da medida antidumping sobre novos produtos não incluídos, até então, em resolução anterior.

Ademais, aduz omissão do acórdão que conheceu dos aclaratórios, razão pela qual foram opostos os segundos embargos. Isso porque foi indeferido o pedido de retirada do feito de pauta de julgamento para aguardar a conclusão do IRDR n. 0009422-11.2017.4.02.0000 sob o argumento de que a Terceira Seção Especializada da Corte já haveria decidido pela sua inadmissão, contudo ainda havia recurso pendente de julgamento no incidente. Assim, cabível a suspensão do processo, nos termos do art. 982 do CPC/2015.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º, 6º e 11 da Lei n. 9.019/1995, bem como aos artigos 7º, 9º, 10, 37 a 77, 82, 146 e 154 do Decreto n. 8.058/2013. Nesse sentido, argumenta que: a) a CAMEX regulamentou a fixação de direitos antidumping sobre alho importado da China por meio da edição da Resolução n. 80/2013, que classifica o alho em grupos (branco ou roxo), subgrupos (nobre ou comum), classes (cinco classes numeradas de 3 a 7) e tipos (extra, especial ou comercial); b) o texto anexo à Resolução CAMEX n. 80/2013 anota expressamente que o direito

# Superior Tribunal de Justiça

antidumping será aplicado sobre "o alho importado da República Popular da China, definido como sendo o bulbo da espécie *Allium Sativum* que, independente da sua coloração, é classificado no subgrupo de alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra" (fl. 741-742, e-STJ); c) considerando que o produto importado pela agravante pertence ao tipo especial e que o ônus em questão recai apenas sobre os produtos classificados como extra, fica afastada a aplicação do direito antidumping; d) é ilegal aplicar a medida antidumping às mercadorias importadas com amparo na Resolução CAMEX n. 13/2016, que não foi antecedida pelo procedimento previsto em lei para a decretação da existência de dumping, de modo que não tem o condão de criar medida antidumping; e) a própria CAMEX reconhece que a Resolução n. 80/2013, responsável pela determinação da medida antidumping, não continha em seu objeto os produtos das classes 3 e 4 e do tipo especial, de modo que, em atenção ao que institui o Decreto n. 8.058/2013, a Resolução CAMEX n. 13/2016 deveria se ater ao conteúdo daquela resolução, não promover sua amplificação, por modo oblíquo; e f) ainda que se entendesse que a avaliação de escopo poderia alterar o objeto da resolução interpretada para fins de corrigi-la, a Resolução n. 13/2016 conteria vício, porque se baseou na afirmação equivocada de que a Resolução n. 80/2013 foi editada a partir de uma investigação que incluía todos os tipos e classes de alho, quando na realidade esta apenas prorroga o direito antidumping criado pela Resolução CAMEX n. 41/2001, a qual delimita o exato objeto da medida ao "alho nobre, classes 5, 6 e 7, tipo extra", que corresponde ao produto similar nacional.

Assevera que referidas teses encontram-se prequestionadas, tendo a matéria veiculada neste recurso sido expressamente tratada nas instâncias inferiores, inclusive por meio da oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015.

Com contrarrazões (fls. 771-798, e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta às fls. 850-855, e-STJ.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial, nos termos da ementa (fl. 871, e-STJ):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.

Mandado de Segurança. Alho Importado da China. Direito Antidumping. Resoluções CAMEX 80/2013 E 13/2016. Pleito do desembaraço aduaneiro da mercadoria amparada por Licença de Importação, independentemente do recolhimento do direito antidumping. Segurança denegada. Recurso especial contra Acórdão que negou provimento à apelação, integrado pelos Acórdãos que rejeitaram os embargos declaratórios. Agravo em recurso especial interposto contra decisão que não admitiu o especial. Razões de agravo que não demonstram o preenchimento dos requisitos de admissibilidade pelo especial. Alegada violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC, não demonstrada. No mais, a Corte de origem decidiu a controvérsia a partir da análise das Resoluções CAMEX 80/2013 e 13/2016, atos normativos secundários que não se enquadram no conceito de "lei federal" para fins de exame em recurso especial. Agravo em recurso especial que não deve ser provido.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, §1º, IV, 982 e 1.022, II e parágrafo único, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira

# *Superior Tribunal de Justiça*

clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No mais, o Tribunal de origem manifestou-se quanto à questão controversa adotando as seguintes razões de decidir (fls. 545/547, e-STJ):

A CAMEX editou a Resolução 41/2001, encerrando a investigação de revisão de direito antidumping definitivo aplicado sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da República Popular da China, nos seguintes termos:

“Art. 1º Encerrar a investigação de revisão do direito antidumping definitivo aplicado sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, classificados nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China - RPC, com a fixação de direito antidumping específico de US\$ 0,48/kg (quarenta e oito centavos de dólar estadunidense por quilograma).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de até cinco anos, nos termos do disposto no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.”

A Resolução CAMEX nº 80/2013, em seu art. 1º, prorrogou a medida antidumping para alhos frescos ou refrigerados oriundos da China de forma genérica, in verbis:

“Art. 1º Prorrogar a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilograma”

O anexo da referida resolução, destacou que:

“O produto objeto da medida antidumping é o alho importado da República Popular da China, definido como sendo o bulbo da espécie *Allium Sativum* que, independente da sua coloração, é classificado no subgrupo de alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra.”

A Resolução CAMEX nº 13/2016, por sua vez, pontuou que:

“(…) as importações de alhos frescos ou refrigerados de classes 3 e 4 estão sujeitas à aplicação dos direitos antidumping sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados da China, instituídos pela RESOLUÇÃO CAMEX Nº 80 , DE 3 DE OUTUBRO DE 2013.”

Ademais, a supracitada resolução, explicitou em seu anexo:

“(…) as informações apresentadas pelos exportadores chineses no âmbito da comprovação de que haviam reportado a totalidade das vendas do produto objeto da medida, verificadas pela autoridade investigadora, se referem ao alho de forma genérica, sem fazer menção a qualquer tipo de classificação, seja de classe, tipo ou grupo. Salienta-se, ainda a esse respeito, que, ao mencionarem as vendas de outros produtos que não o objeto da medida, as empresas listaram diversas

outras mercadorias (tais como maçãs, peras, cebola, rabanete, gengibre, entre outros). Nas ocasiões nas quais a palavra “alho” foi citada na referência de produto não objeto da revisão, esta se referia a “broto de alho” e “alho descascado”, não havendo qualquer menção a classes, grupos ou tipos específicos de alhos frescos ou refrigerados.

Portanto, todas as informações relativas ao preço de exportação de alho da China para o Brasil, apurado com base nas respostas ao questionário do exportador, com vistas ao cálculo da margem de dumping, se referiam à comercialização de alho de forma genérica, sem fazer qualquer segregação dos dados por tipo, classe ou grupo.

Em segundo lugar, constatou-se que, na apuração das importações brasileiras do produto objeto da medida, foram analisados os itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da NCM em sua totalidade, sem ter sido realizada depuração para fins de exclusão de produto não investigado, que por ventura estivesse classificado sob os mencionados itens, tal como teria ocorrido caso determinadas classes de alhos frescos ou refrigerados não estivessem no escopo da medida. O próprio texto da Resolução CAMEX no 80, de 2013, ao tratar das NCMs consideradas para fins de apuração das importações evidencia o fato exposto.

“Tendo em vista que as importações de alhos frescos e alhos refrigerados podem ocorrer sob as NCMs 0703.20.10 (Alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos), os dados de importação incorporam a soma dos valores referentes a estes dois itens”. (Resolução CAMEX no 80, de 2013).”

Da leitura da Resolução CAMEX nº 13/2016, portanto, conclui-se que o direito antidumping em vigor aplica-se às importações de alho chinês não só de qualquer classe, mas também de qualquer tipo.

Dessume-se, portanto, que a controvérsia posta nos autos foi decidida a partir da apreciação e das Resoluções CAMEX n. 41/2001, 80/2013 e 13/2016, sendo certo que o exame da insurgência não prescinde da análise das referidas normas infralegais que foram aplicadas pela instância *a quo*.

Contudo, segundo a jurisprudência desta Superior Corte de Justiça, é inviável, em Recurso Especial, a revisão de acórdão fundamentado em **resolução**, portaria ou instrução normativa. Isso porque, nos termos do art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, essas normas não se enquadram no conceito de lei federal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO DO TEMA RECURSAL. INDISPENSABILIDADE. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. CONCEITO DE LEI FEDERAL. DECRETO. NÃO ENQUADRAMENTO.

(...)

3. "O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada no sentido de que Decretos, Portarias, Circulares e Resoluções não estão compreendidos no conceito de Lei federal e, portanto, não permitem a abertura da instância especial" (REsp 1.811.108/RJ, Rel. Ministro

# Superior Tribunal de Justiça

HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/6/2019).

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.483.662/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/09/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. INTERPRETAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA.

(...) 4. Inviável analisar eventual ofensa a resoluções, pois tais atos normativos não se enquadram no conceito de tratado ou de lei federal, de que cuida o art. 105, III, "a", da Constituição Federal de 1988.

(...) 6. Agravo interno desprovido (AgInt no REsp 1.796.444/PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 20/09/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CAUÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO. SEGURO-GARANTIA. REQUISITOS DA PORTARIA 164/2014 DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

IV. Na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016). Na hipótese, não obstante a apontada violação a dispositivos de lei federal, a controvérsia foi dirimida a partir da análise da Portaria 164/2014, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - diploma normativo que não se insere no conceito de lei federal -, fugindo, assim, da hipótese constitucional de cabimento deste recurso.

VI. Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1.716.772/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 21/5/2018).

PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. AUSÊNCIA. DECRETO REGULAMENTAR. LEI FEDERAL. CONCEITO. NÃO ENQUADRAMENTO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. O STJ admite o prequestionamento implícito nas hipóteses em que a tese jurídica tratada no recurso especial foi analisada pelo Tribunal de origem ainda que sem a menção expressa dos dispositivos legais tidos por violados, o que não se constatou na espécie.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Pacífico o entendimento deste Tribunal segundo o qual o decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal para fins de interposição do apelo excepcional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 166.807/RO, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 20/09/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEICULO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA À LUZ DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 292/2008 DO CONTRAN. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE INSERE NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Apesar de a agravante apontar violação a dispositivos de lei federal (arts. 12, inciso I e X, e 106, caput, da Lei Federal 9.503/1997, a questão implica necessariamente análise da Resolução 292/2008 do CONTRAN, a qual não se inclui no conceito de lei federal e, portanto, não permite a abertura da instância especial.

2. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe examinar matéria constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.

3. Agravo Regimental não provido (AgRg no REsp 1.315.245/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/12/2012).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator